

NOVAS DIMENSÕES DAS DESIGUALDADES RACIAIS

Plataforma permite cruzamentos inéditos de dados oficiais de áreas como saúde e educação

ILUSTRAÇÃO JÚLIA CHEREM RODRIGUES COM FOTOS DE LÉO RAMOS CHAVES

Uma plataforma aberta, com interface amigável, que compila informações de múltiplas bases de dados oficiais deve viabilizar novas investigações acerca das desigualdades raciais no Brasil. Desenvolvido pelo Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Racial (Cedra), sediado no Rio de Janeiro, o sistema lançado em dezembro de 2022 permite cruzar informações sobre renda, ocupação, habitação e escolaridade conforme critérios de cor, raça e sexo da população e visa oferecer subsídios à elaboração de políticas públicas e investigações científicas sobre a temática.

Um de seus criadores é o economista Eduardo Pereira Nunes, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ex-professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Ele explica que a plataforma combina dados do Censo de 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), entre 2012 e 2019, para oferecer métodos inéditos de leitura de dados do IBGE. O físico Marcelo Tragtenberg, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também fundador do Cedra, informa que a plataforma não inclui dados sobre populações indígenas por causa da falta de amostragem representativa dessa parcela da sociedade na Pnad. “A Pnad não chega até terras indígenas e, com isso, os erros estatísticos das amostragens são muito grandes”, justifica.

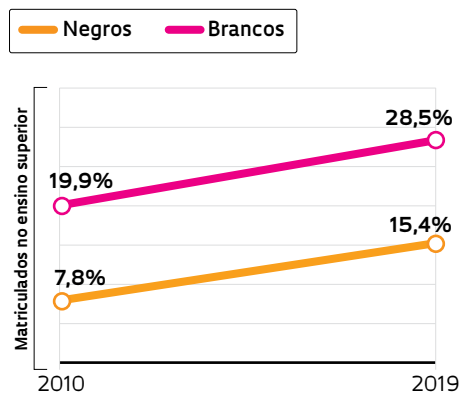
Segundo Nunes, a base do sistema são os dados sobre os responsáveis pelos 57 milhões de domicílios registrados no Censo de 2010. “Algumas

FREQUÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Presença de pessoas negras aumentou entre 2010 e 2019, mas desigualdade persiste

População geral entre 18 e 24 anos

Aumento proporcional de negros foi acompanhado de crescimento na desigualdade



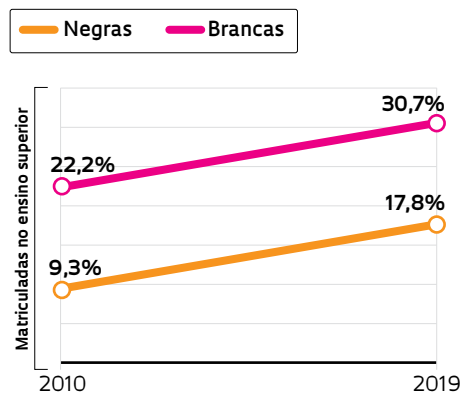
FONTE: IBGE CENSO 2010 E PNAD 2019. ELABORAÇÃO: CEDRA

das informações reveladoras trazidas pela plataforma referem-se a raça, cor e gênero”, diz o economista. Foi possível identificar, por exemplo, que, em 2010, em 33,8% das residências do país moravam somente negros, 27,3% eram habitadas por moradores negros e pessoas de outra cor ou raça, enquanto 38,9% das casas não eram habitadas por moradores negros. “Esses números indicam que a miscigenação ocorre de forma mais intensa nas camadas de rendas média e baixa da sociedade”, diz Tragtenberg. Para a historiadora Wânia Sant’Anna, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e fundadora do Cedra, os dados sobre a configuração de lares brasileiros oferecem contrapontos à ideia de que a sociedade nacional é intensamente miscigenada e o país vive uma democracia racial, na medida em que, em 2010, somente 27,3% das casas reuniam negros e pessoas de outras raças. “Por meio da plataforma, nosso objetivo é propor reflexões destabilizadoras como essa”, informa.

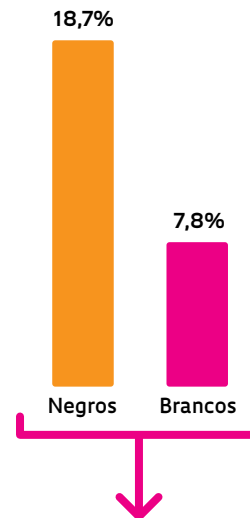
Também em 2010, a renda média por morador em casas resididas apenas por negros era de R\$ 598, em domicílios ocupados por negros e não negros era de R\$ 627 e em lugares sem moradores negros era de R\$ 1,4 mil. “Os dados indicam uma situação de exclusão social”, comenta Nunes. Em relação ao mercado de trabalho, o economista destaca que outro cruzamento de dados inédito feito pela plataforma evidenciou as ocupações onde a maioria das pessoas é branca ou negra. Em 2010, nos trabalhos em que predominavam pessoas negras, o rendimento médio por hora correspondia a 20% do valor médio de ocupações

Mulheres entre 18 e 24 anos

Mais negras ingressaram, mas diferença em relação às brancas se manteve



Analfabetismo entre maiores de 15 anos



Em 2010, a taxa de analfabetismo entre pessoas negras **acima de 60 anos** era

o dobro

da identificada entre pessoas brancas

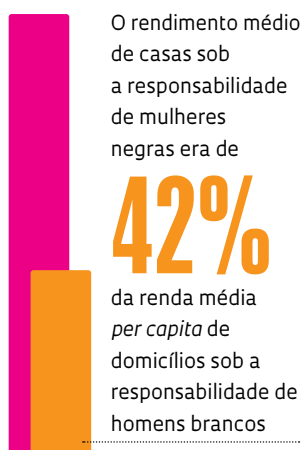
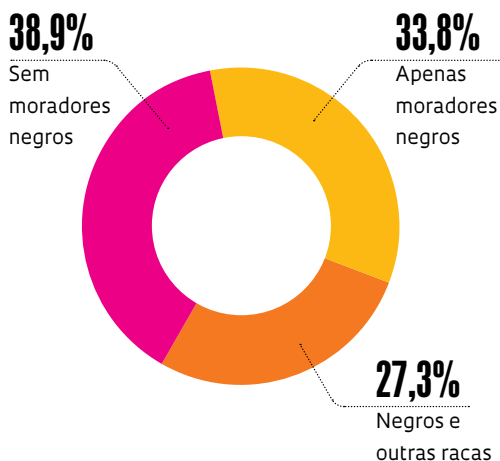
em que a maioria das pessoas era branca. A plataforma também evidenciou que a renda média dos brancos é mais alta mesmo em ocupações em que a maioria dos trabalhadores é negra. “Identificamos que quanto menos sofisticado o grau de exigência da mão de obra, maior será a presença de pessoas negras”, afirma o economista. Na perspectiva de Nunes, apenas por meio de iniciativas como as políticas de cotas é possível mudar esse cenário. “Como contar com mais pessoas negras na medicina, por exemplo, se suas condições de vida são diferentes das dos brancos desde a origem familiar, de forma que elas precisam trabalhar enquanto estudam, e brancos contam com uma situação mais favorável para poder se preparar para os vestibulares?”

Em relação às diferenças em percentuais de pessoas negras e brancas matriculadas no ensino superior, Sant’Anna, do Ibase, considera o fenômeno uma consequência da falta de políticas destinadas a superar essas desigualdades. “Para isso, não basta, por exemplo, investir somente na criação de escolas de tempo integral. É preciso elaborar ações para que crianças negras acessem e permaneçam nessas instituições, de forma que consigam chegar até o ensino superior”, diz, apontando o ensino médio como etapa central de atenção quando se deseja melhorar o nível de qualificação de jovens negros.

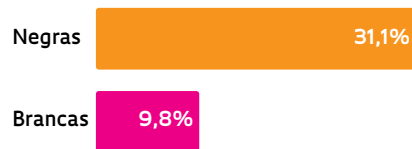
O sistema mostra que negros eram responsáveis pela maioria das casas na linha da pobreza

DOMICÍLIOS BRASILEIROS EM 2010

Plataforma mostra que a renda média era mais alta em casas sem moradores negros



Percentual de domicílios chefiados por mulheres, entre a população que recebia menos de 12,5% de um salário mínimo mensal



Renda média mensal dos trabalhadores, em 2010



FONTE: IBGE CENSO 2010 | ELABORAÇÃO: CEDRA

Cerca de **2,7 milhões**

de casas sob a responsabilidade de um negro não dispunham de banheiro de uso exclusivo para seus moradores.

Entre os brancos eram

750 mil moradias

extrema, ou seja, com renda média mensal de até 12,5% do salário mínimo. Outro dado levantado é que o número de negros em regiões periféricas era mais do que o dobro dos brancos. Considerando moradores na periferia das cidades, o acesso ao ensino superior era desigual entre brancos e negros em 2010: 5,9% das mulheres negras, contra 11,5% das mulheres brancas. Tragtenberg explica que o conceito de áreas periféricas utilizado pela plataforma parte da proposta de aglomerados subnormais do IBGE, ou seja, zonas que abarcam comunidades e habitações com déficit de serviços públicos de urbanização. “Mesmo nessas áreas periféricas, pessoas brancas têm o dobro de probabilidade de ter ensino superior”, afirma. Em 2010, 55% dos negros com 15 anos ou mais não tinham instrução ou apresentavam ensino fundamental incompleto. Entre brancos o valor equivalente era de 37,5%.

A plataforma recebeu investimento e apoio dos institutos Çarê, Galo da Manhã e Ibirapitanga, da Fundação Itaú e do Banco Itaú Unibanco e está sendo aperfeiçoada para, no decorrer de 2023, passar a incorporar informações do Sistema Único de Saúde (SUS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e estatísticas oficiais sobre violência. “A inclusão desses novos bancos de dados permitirá conhecer a incidência de mortes violentas em domicílios cujas mulheres negras são as responsáveis, entre outras informações, por saúde e educação”, detalha Nunes. No futuro, o economista informa que os dados do Censo de 2022, que estão sendo coletados, também alimentarão a plataforma. Além de Nunes,

Sant’Anna e Tragtenberg, o Cedra foi fundado em 2020 pelos economistas Hélio Santos, presidente da Oxfam Brasil, e Mário Theodoro, da Universidade de Brasília (UnB).

Durante evento de lançamento em dezembro em São Paulo, Santos explicou que a plataforma pretende funcionar como uma “usina de dados que induz a implementação de políticas públicas”. Na perspectiva do economista, nos últimos quatro anos a universidade pública foi enfraquecida, “justamente em um momento em que negros ampliavam sua presença nessas instituições”, sendo necessário “adotar ações afirmativas sistêmicas”.

Para a demógrafa Bernadette Cunha Waldvogel, da Gerência Demográfica da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a nova plataforma é um instrumento importante para os estudos demográficos, a elaboração e o monitoramento de políticas públicas que buscam diminuir as desigualdades raciais. “A grande inovação do sistema consiste, justamente, em seu formato que reúne, em um mesmo espaço, informações produzidas e disponibilizadas por diferentes fontes de dados, facilitando o uso conjunto e ampliando o escopo e o alcance de estudos”, considera Waldvogel. Por fim, a antropóloga Sandra Garcia, coordenadora do Núcleo de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), avalia que a plataforma permitirá renovar os esforços de colaboração entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas “na direção de melhor identificar e compreender os fatores interrelacionados que tornam as inequidades raciais persistentes por gerações”. ■

Christina Queiroz